



O dilema policial entre a vítima e o herói

Carolina Vieira Leones¹

Luciano Puccini²

Resumo

Este artigo visa demonstrar como a vitimização policial no Estado do Rio de Janeiro é mobilizada politicamente em detrimento das situações contextuais em que as vítimas policiais estão envolvidas, de modo a serem classificadas dentro das categorias nativas de "herói" ou "vítima".

Palavras-chave: polícia, vitimização, política, segurança pública

Introdução

Este trabalho é a sistematização de algumas reflexões que vêm sendo construídas no âmbito do projeto “De vidas e mortes: etnografias sobre moralidades, justiça e direitos humanos”, associado ao subprojeto “Conflitos, Moralidades e Justiça” inserido no INCT-InEAC e desenvolvido por membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia do Direito e das Moralidades, o GEPADIM³, coordenado pelas professoras Lucía Eilbaum⁴ e Flávia Medeiros⁵.

Temos nos deparado, no campo, com um discurso recorrente que problematiza as mortes violentas de agentes de segurança pública, através da afirmação sobre a polícia do Rio de Janeiro ser “a polícia do país que mais mata e que mais morre”. Isso tem sido reforçado principalmente nos últimos anos, tanto com o aumento do número de mortos pela polícia como

¹ Mestranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

² Graduando em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense.

³ GEPADIM – Grupo de Estudos em Antropologia do Direito e Moralidades, que tem por objetivo a realização de etnografias sobre as formas de administração institucional de conflitos no Estado do Rio de Janeiro, a fim de apresentar e aprofundar uma discussão em torno das moralidades envolvidas nesse campo. Para tanto, propõe-se a produção de etnografias em agências estatais, como as burocracias dos sistemas de Segurança Pública e de Justiça, no espaço parlamentar, legislativo e na área da Educação, bem como na relação com movimentos sociais organizados em torno da demanda por direitos.

⁴ Lucía Eilbaum é Professora Adjunta do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.

⁵ Flávia Medeiros é Professora Adjunta do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

com o aumento do número de policiais mortos e feridos entre os anos de 2015 e 2016. O contexto político no qual a pesquisa se insere é de inúmeras críticas à Academia, aos Defensores dos Direitos Humanos, à mídia e à população de uma forma geral. Essas críticas mobilizam um discurso acusatório que pressupõe que esses setores se “interessam” mais pela vida do “criminoso” do que do policial, pelo fato do primeiro ser visto enquanto vítima social e o policial enquanto agente repressor do Estado. A partir desse pensamento, mobilizado por alguns legisladores, o policial não é apenas a “verdadeira vítima” como também a única dentro desse invólucro (mídia, opinião pública, crime, pesquisadores).

A pesquisa teve como ponto de partida a verificação da recorrência da frase “A polícia que mais mata é também a que mais morre”, acionada em diversos contextos nos últimos anos. A metodologia empregada inicialmente foi baseada no trabalho de campo presencial, que consistia em estar sempre presente nas audiências públicas e debates na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) em torno da temática da Segurança Pública. Muitas dessas audiências eram marcadas por coletivos e moradores de comunidades da região Metropolitana do Rio que pressionavam o poder público a dar um “basta na violência policial”. Nessas ocasiões eram reunidos deputados, representantes de instituições policiais e representantes dos coletivos, em especial os familiares (principalmente as mães) de jovens e/ou crianças vítimas dessa violência. Nesses momentos eram publicizados os problemas enfrentados pelas pessoas e podia-se ver que o policial tinha uma forma de pensar as “operações” nas comunidades, diferentemente dos moradores locais. Os debates em torno dessas questões se revelaram de extremo interesse para pesquisa antropológica, para entender por que as pessoas estão pensando daquela forma, sobretudo os policiais ou envolvidos com a polícia, como deputados pautados no tema da segurança pública e a favor de políticas de confronto. Esses discursos postos em contradição foram propícios para entender as categorias mobilizadas, já que não eram meras opiniões individuais, mas sim representações de um coletivo ao qual se pertence.

Seguindo assim a perspectiva qualitativa de produção de dados, o trabalho de campo buscou também acompanhar “casos” de mortes envolvendo agentes públicos em suas diversas instâncias burocráticas: delegacias da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; audiências e julgamentos em Tribunais do Júri do Estado do Rio de Janeiro; bem como nos espaços de repercussão política, social e institucional. Nos interessa ao final da pesquisa: 1) qualificar a dinâmica dessas mortes; 2) explicitar suas formas

de administração e gestão institucional e as repercussões institucionais e políticas das mesmas; 3) acompanhar os processos de construção de demandas sociais e coletivas sobre elas.

Devido a pandemia do novo coronavírus adotamos nova metodologia, de modo que parte dos dados de campo foram construídos a partir do acompanhamento das redes sociais de personalidades e instituições ligadas direta ou indiretamente à Segurança Pública como, por exemplo, os perfis do Instagram do Deputado Coronel Salema⁶ (PSD), do Deputado Marcelo Freixo⁷ (PSB), da Deputada Major Fabiana⁸ (PSL), da jornalista Roberta Trindade⁹ e do perfil da Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro¹⁰ (ABHRJ) e demais perfis institucionais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Tais perfis são acompanhados pela conta pessoal dos pesquisadores, de modo que a visualização de postagens relacionadas ao tema se tornou diária, confundindo-se com utilização da ferramenta nas horas de lazer, o que proporcionou uma maior imersão na pesquisa virtual. O que Laura Graziela e Débora Leitão (2017) chamariam de “etnógrafo stalker”, aquele que acompanha os perfis nas redes sociais de pessoas e instituições reais que convergem no mundo online e offline.

Foi o trabalho de campo na Alerj que permitiu que se identificasse os principais atores da Segurança Pública vinculados às instituições policiais que visam defendê-los, crucial para se realizar a pesquisa no modo remoto que consistiu em seguir esses perfis no Instagram. A partir do trabalho de campo presencial que teve-se conhecimento da base de dados da jornalista Roberta Trindade - em que ela registra e contabiliza o número de policiais civis e militares baleados ou mortos no estado do Rio de Janeiro dando informações sobre como, onde e quem foi morto ou baleado a fim de garantir a memória dos policiais e mostrar a precária situação de serviço em que vivem, a partir da leitura dos casos apresentados por ela foi possível pensar a grande quantidade de fatores que levam a vitimização policial e de como a maioria desses casos

⁶ Deputado Estadual do Rio de Janeiro. Seu mandato é voltado para atender as necessidades das corporações de Segurança Pública, um dos Deputados mais ativos da Alerj quando se trata de propostas e projetos de Lei. Aliado do Presidente Bolsonaro.

⁷ Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro conhecido por sua batalha parlamentar contra as milícias e por atuar em defesa dos Direitos Humanos, também realiza políticas públicas para os policiais e está sempre comentando sobre a segurança pública do Rio.

⁸ Deputada Federal pelo Rio de Janeiro, é uma policial militar da reserva remunerada da PMERJ e política brasileira. Filiada ao Partido Social Liberal, atualmente é deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro.

⁹ Roberta Trindade é jornalista e assessora do Deputado Coronel Salema, acompanha com regularidade casos de vitimização policial.

¹⁰ A Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro é uma entidade civil fundada por membros das forças de Segurança do Rio de Janeiro para dar suporte financeiro e médico não apenas para policiais vitimados em serviço como também para seus familiares.

são considerados “comuns”, nesse sentido pretendemos esclarecer quais os casos que deixam de ser comuns e se tornam “casos de repercussão”.

Neste trabalho propomos especificamente analisar através de dois *casos de repercussão* de mortes de agentes policiais o processo em que eles são definidos dentro da categoria “vítima” ou “herói”, partindo do princípio de que estas são categorias situacionais (Eilbaum 2010), mobilizadas em situações e contextos diferentes. Tal repercussão é interessante para debater quais valores e moralidades são acionadas na construção do caso, e como determinadas categorias são mobilizadas política e moralmente. Assim, para compreender quando são mobilizadas as categorias “vítima” e “herói”, optou-se por dois casos de repercussão: a morte do Cabo Cardoso ocorrida em 2020 e a morte do policial civil no episódio que ficou conhecido como Chacina do Jacarezinho em 2021, casos que causaram uma enorme movimentação nos perfis acompanhados no Instagram. O fato de estarmos usando nossas contas pessoais nos fez cair na rotina, o que nos permitiu visualizar melhor quando algum fato ou acontecimento se estendesse em discussões que fugisse da monotonia das postagens feitas pelas páginas, por exemplo, o Deputado Marcelo Freixo (PSB) costuma no seu Instagram postar prints de seus tuítes criticando o governo federal, a Roberta Trindade usa seu perfil como blog pessoal para expor seu trabalho como jornalista e assessora do Deputado Coronel Salema (PSD). No entanto os dois casos que pretendemos analisar aqui foram dignos de nota, uma vez que, todos os perfis seguidos para a finalidade da pesquisa fizeram um ou mais posts sobre os acontecimentos, cada qual expondo seu ponto de vista moral e político sobre o caso, por estes motivos decidimos analisar estes dois casos como exemplos de duas categorias recorrentes no campo, a “vítima” e o “herói”.

A escolha dos casos justifica-se a partir do entendimento de repercussão como uma categoria analítica que analisa a repercussão como um processo, que se inicia a partir de um acontecimento e vai sofrendo transformações que constroem um “caso” que percorre vários âmbitos de comunicação- mídias - e administração de conflitos – polícia, Ministério Público, judiciário. Chamando atenção para os efeitos e impactos diversos que um caso pode vir a provocar em diferentes âmbitos de intervenção (Eilbaum & Medeiros 2017).

Simpósio de Vitimização e Heróis do Rio de Janeiro

A opção por tratar das categorias “vítima” e “herói” se deve ao fato delas serem recorrentes no campo, sendo acionadas com frequência pelos interlocutores que estudamos através do Instagram. Desse modo, buscamos tecer um entendimento sobre elas de acordo com o contexto em que se mostram recorrentes, para exemplificar este uso trazemos o exemplo de um evento que foi muito importante como material para compreendermos um pouco mais sobre estas duas categorias.

O I Simpósio de Vitimização Policial que foi organizado pela Associação Heróis do Rio aconteceu entre os dias 13 e 15 de maio de 2019 e reuniu policiais de todo o Brasil para tratar sobre o tema da vitimização. O evento foi estruturado com palestras e rodas de conversa que geraram discussões de debates sobre sugestão de normas, leis, regulamentos e demais soluções para reduzir a vitimização policial. Os comandantes gerais das 27 unidades da federação estiveram presentes e o evento ocorreu no Centro de Convenções SulAmérica, na cidade do Rio de Janeiro. Após o Simpósio foram criadas a Comissão de Vitimização do SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e a Secretária Estadual de Vitimização RJ. Marcaram a celebração de abertura o ex-Ministro de Justiça e Segurança Sérgio Moro e o ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro Wilson Witzel.

A Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro é uma entidade civil vinculada a instituições militares, cujas ações são em benefício de policiais vitimados. A missão da instituição é “Possibilitar maior dignidade ao policial militar e sua família, atuando na proposição de meios para a aquisição de estruturas e equipamentos de reabilitação que auxiliem na readaptação do Policial Militar ferido”. Buscam convênios e parcerias “capazes de sustentar financeiramente a missão”, desenvolvendo ações que “desperte o amor e reconhecimento a polícia militar e suas tradições corporativas, contribuindo para uma consciência da importância da Polícia Militar”. Durante a pandemia com a impossibilidade de se realizar trabalho de campo da maneira convencional buscou-se acompanhar páginas e perfis nas redes sociais vinculados a polícia do Rio de Janeiro, entre elas a página da ABHRJ que tem o Instagram¹¹ como sua principal plataforma de comunicação, além do site e canal no Youtube, que conta com gravações das palestras do Simpósio, além do filme documentário exibido “Heróis do Rio de Janeiro”.

¹¹ <https://www.instagram.com/heroisdoriodejaneiro/?hl=pt>

O documentário “Heróis do Rio de Janeiro” revela histórias reais de policiais militares do estado vitimados em ação. O filme propõe o argumento de que a população desconhece essas histórias de homens e mulheres que trabalham num ambiente de “guerra assimétrica urbana” e sofrem letalidades que os deixam com sequelas físicas e psíquicas gravíssimas. Assim, o documentário tem como objetivo mostrar os policiais com respeito, honra e dignidade, e lançar luz sobre a violência vivida por eles a fim de se encontrar soluções. O longa conta com as participações do Procurador de Justiça Marcelo Rocha Monteiro, do influenciador Olavo de Carvalho, do professor Ricardo Moderno da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (*in memorian*), de policiais feridos, de familiares enlutados e, de policiais da ativa e da reserva de diversas patentes e graduações trazendo muitos depoimentos significativos para se entender a vitimização policial.

A noção de “Guerra Assimétrica” explorada pelo filme é de que a assimetria não advém da inferioridade bélica, mas sim jurídica, pois, argumenta-se que um “lado pode tudo”, enquanto o outro está submetido a protocolos, leis e regulamentos, isto é, o “criminoso” pode tudo pois não tem preocupações morais e não precisaria responder por seus atos. Tais protocolos, leis e regulamentos são tidos como uma barreira para que a polícia execute seu trabalho, o que acaba garantindo que os criminosos continuem exercendo suas atividades ilícitas. Sendo assim os dois casos analisados aqui seriam, segundo os policiais, resultantes dessa Guerra Assimétrica.

O Herói e a Vítima

No dia 4 de dezembro de 2020, o Cabo da PMERJ, Derinaldo Cardoso dos Santos, foi baleado ao atender uma ocorrência de tentativa de assalto a uma loja no centro da cidade de Mesquita, na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Algumas horas após o crime, os jornais já noticiavam o ocorrido divulgando as imagens das câmeras de segurança da loja, que registraram o momento exato em que ele foi atingido na cabeça. As imagens são fortes, mostram o Cabo Cardoso entrando na loja com sua arma em punho, acompanhado de um outro policial militar, que estava com um fuzil. Os dois homens que tentaram assaltar a loja, um de blusa branca e o outro de blusa azul, aparecem esquivando-se entre as prateleiras. Ao se aproximar das portas de entrada e saída da loja, o homem de blusa branca saca a arma de sua cintura e se escondendo atrás de uma estante consegue passar por trás do Cabo Cardoso, efetuando um disparo de curta distância em sua cabeça. Nesse momento, os dois assaltantes

fogem da loja, enquanto o PM permanece caído no chão. Mais tarde naquele mesmo dia, o homem que aparece nas imagens de camisa azul foi preso como um dos suspeitos de ter participado da ação. O policial chegou a ser socorrido em estado gravíssimo, passou por uma cirurgia de emergência, mas morreu no dia seguinte no Hospital Geral de Nova Iguaçu.

Algumas horas após o crime, os jornais já noticiavam o ocorrido divulgando as imagens das câmeras de segurança da loja, que registraram o momento exato em que ele foi atingido na cabeça. O caso ganhou destaque midiático instantaneamente, o vídeo foi replicado em diversos sites e programas de notícias e perfis de redes sociais. A repercussão se manteve ao longo dos dias, com a veiculação de diversas matérias com atualizações do caso, como por exemplo, o sepultamento, a apreensão da arma utilizada no crime, a prisão e denúncia dos suspeitos e até entrevista com a mãe de um deles.

É importante destacar que o caso também gerou grande comoção nas redes sociais, estendendo a repercussão para esses canais. Além dos perfis oficiais da PMERJ, outras figuras¹² públicas conhecidas por falar sobre “polícia” fizeram posts sobre o caso, lamentando a morte do policial e/ou comemorando as prisões dos acusados. O Cabo Cardoso, como ficou conhecido, era uma figura ativa nas redes sociais, depois de sua morte vários dos seus vídeos viralizaram nas redes. O mais “famoso” (compartilhado pelos sites de jornais de notícias e perfil da PM) foi gravado pelo cabo dois meses antes, ele está dentro da viatura fardado e lamenta a morte do sargento após ser baleado durante uma operação policial. Ele diz:

Quando nós entramos na Polícia Militar nós juramos sacrificar nossas vidas em defesa da sociedade, em defesa de cidadãos que não nos conhecem e cidadãos que em muitas das vezes nos criticam, mas isso não diminui a dor, não diminui o sentimento de perda, toda vez que perdemos um irmão de farda, estamos de luto, mas continuamos na luta, apoie o trabalho da polícia militar, estamos nas ruas por você.

O perfil oficial da PMERJ no Twitter escreveu cerca de seis tweets sobre a morte e o sepultamento do Cabo, com fotos dele fardado com as hashtags “luto”, “CB Cardoso” e “Herói”. Sobre o sepultamento publicou os dizeres “Todos os policiais militares em serviço

¹² Na época, já acompanhávamos as redes sociais dos citados para a pesquisa que deu origem a esse trabalho.

pararam para prestar continência ao ‘Herói’ que dedicou sua vida em prol da sociedade fluminense”, junto com fotos dos policiais em posições de continência.

Além da esfera midiática, o caso também repercutiu na esfera política. Já no dia 7 de dezembro de 2020, os deputados Anderson Moraes (PSL) e Charles Batista (Republicanos) protocolaram um projeto¹³ para entrega *post mortem* da Medalha Tiradentes¹⁴ ao Cabo Cardoso. A proposta de concessão da Medalha foi rapidamente atendida e já no dia 15 de dezembro de 2020 ela foi concedida. Na justificativa dos proponentes afirmam que a homenagem seria uma forma de “reconhecimento da Alerj à atuação heroica do policial em defesa da sociedade”. Em 10 de dezembro de 2020, o jornal Diário do Rio publicou¹⁵ que a deputada Renata Souza (PSOL), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (CDDHC/Alerj), recebeu a viúva do Cabo Cardoso. A deputada disse que apresentaria um projeto de lei que visasse oferecer atendimento psicológico às famílias de policiais mortos em serviço. O projeto complementaria um outro proposto por ela e já aprovado, que oferece atendimento psicológico aos policiais. Ela também destacou que a CDDHC/Alerj já estava oferecendo atendimento jurídico à família do Cabo e disse:

É lamentável que ser policial é estar em risco permanente no Rio de Janeiro. É inconcebível uma família viver em tensão por poder perder seu ente querido simplesmente porque ele exerce sua função profissional. Por isso, defendemos uma política que trabalhe com prevenção e inteligência e não com o confronto. Nossa meta é sempre preservar vidas.

O Deputado Marcos Muller (PHS) concedeu moção de louvor e aplausos à Polícia Militar, em especial ao 14ºBPM, pelos serviços prestados demonstrando, e os policiais que participaram da prisão do suspeito responsável pelo tiro que matou o cabo também foram homenageados.

¹³ Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/12/6042000-deputados-propoem-medalha-tiradentes-post-mortem-para-pm-morto-em-assalto-em-mesquita.html>. Acesso: 2 de junho de 2021.

¹⁴ A Medalha Tiradentes é considerada a maior honraria do Estado do Rio de Janeiro e concedida pela Alerj.

¹⁵ Disponível em: <https://diariodorio.com/renata-souza-recebe-familia-do-Cabo-cardoso-e-anuncia-projeto-para-apoiar-familias-de-policiais/>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

Além da repercussão por atores políticos da Alerj, é interessante destacar as notícias veiculadas para combater “*fake news*” sobre o caso. No dia 7 de dezembro de 2020, o jornal Extra¹⁶ publicou que era falso um *post* atribuído ao deputado Marcelo Freixo que dizia:

“O suspeito pela morte do PM na Casa&Vídeo acaba de ser preso. Além de ter sua imagem exposta de forma ilegal, apresenta várias marcas de agressão no rosto e na camisa. Isso deve ser apurado com rigor”.

A matéria destacava que o deputado não havia feito “nenhuma manifestação em defesa do criminoso”. Dois dias depois, no dia 9 de dezembro de 2020, o jornal O Globo publicou outra matéria¹⁷ desmentindo um “boato” de que o PSOL teria contratado um advogado para defender o autor do disparo. É interessante perceber que as notícias falsas sobre o caso giram em torno de políticos e partidos ligados à esquerda e a defesa do acusado de matar o policial.

No dia 6 de maio de 2021 uma operação da Polícia Civil no Jacarezinho, na Zona Norte do Rio, resultou em 28 mortos, dos quais vinte e sete eram civis e um era um policial civil que participava da ação. De acordo com a instituição, o inspetor André Leonardo de Mello Frias foi alvejado com um tiro na cabeça no início da incursão, após descer do caveirão para tirar uma barricada que impedia a passagem do blindado. A operação ganhou repercussão imediata, inicialmente imagens dos policiais em ação e de criminosos armados em fuga pulando pelas lajes das casas foram transmitidas ao vivo por telejornais locais, e posteriormente tiveram alcance nacional e internacional com o desenvolvimento da situação. A repercussão midiática pode ser entendida pelo fato da “Operação Exceptis”, ou Chacina do Jacarezinho, representar a operação policial mais letal na história do Rio e pelas denúncias que surgiram concomitante à ação. Pelas redes sociais moradores do Jacarezinho relataram abusos e execuções cometido pelos policiais, instituições e coletivos se manifestaram e mobilizaram em denúncia do acontecido, em contrapartida na coletiva de imprensa o delegado afirmou que a único executado foi o inspetor André, todos os demais mortos teriam reagido contra a polícia e negou qualquer abuso. A coletiva de imprensa foi o ponta pé inicial para uma justificação pública e disseminação da versão policial, que serve de base para a narrativa que nega a classificação de

¹⁶ Disponível em: <https://extra.globo.com/fato-ou-fake/e-fake-post-atribuido-freixo-em-defesa-de-homem-que-matou-pm-com-tiro-na-cabeca-no-rio-24786011.html>. Acesso: 2 de junho de 2021.

¹⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/e-fake-que-psol-contratou-advogado-para-defender-homem-que-matou-pm-na-baixada-fluminense-24789753>. Acesso: 2 de junho de 2021.

chacina e genocídio para como forma de apresentar os policiais como as vítimas legítimas que merecem a fúria da sociedade.

Aproximadamente um mês após a operação, um ato em memória aos 28 mortos foi realizado por moradores da comunidade e representantes da Comissão de Direitos Humanos da Alerj. Lideranças comunitárias e familiares idealizaram a construção de um memorial pelo não esquecimento das vítimas, incluindo o policial civil. A viúva do policial manifestou repúdio à inclusão do nome do marido no memorial, justificando que “seria um insulto à memória do nome dele inserir seu sacrifício neste monumento com nome de suspeitos e traficantes”.

A repercussão midiática se manteve ao longo dos dias, os jornais noticiaram por dias seguidos diversas matérias com diferentes enfoques, o enterro do policial foi noticiado e acompanhado por jornalistas, fotos exibiram momentos do sepultamento aos telespectadores. Ao entrevistarem parentes e colegas de trabalho expuseram qualidades de “bom filho e padrasto”. Algumas reportagens informam que pelo menos 500 pessoas, entre amigos, policiais e parentes, acompanharam o enterro. Um helicóptero da Polícia Civil sobrevoou o cemitério e despejou pétalas sobre a sepultura¹⁸. Em discurso durante o sepultamento, o secretário de Polícia Civil elogiou a ação da polícia na ocasião e afirmou que o setor de inteligência da instituição identificou que todos os “suspeitos” mortos eram criminosos e concluiu dizendo que a morte dele não foi em vão.

Policiais mortos em serviço, tinham família, morreram antes de efetuarem disparos segundo o que consta as informações, após a morte do inspetor que ocorreu a chacina, ou seja, foi morto em serviço no entanto a imagem de herói e demais homenagens não “colaram” devido ao genocídio ocorrido na operação, no entanto serviu para reforçar o discurso de simpatizantes da direita sobre a morte de policiais e uma forma da esquerda propor novas formas de intervenção, visto que o inspetor se mostrou uma vítima da política de confronto instituída pelo estado do Rio como a principal forma de combater o crime.

A categoria nativa “Herói”, uma característica a qual se mostra intrínseca aos membros da corporação por estarem expostos a diversos perigos cotidianamente, não terem um salário compatível com o serviço prestado, não terem estrutura adequada e nem boas condições de

¹⁸ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/07/enterro-de-policial-morto-tem-aplausos-e-salva-de-tiros-nao-foi-em-vaio.htm>.

trabalho convivendo, assim, com a falta de equipamentos de segurança, cargas horárias extenuantes e tendo que lidar, às vezes, com situações estressantes as vezes de vida ou morte. Tais problemas não são desconhecidos da população e daqueles que querem se tornar policial, fator que demonstraria que todos os policiais são heróis, pois não trabalham só pelo dinheiro, mas sim com o intuito de transformar e proteger a sociedade o que leva alguns a cometerem atos de bravura estando dispostos a se ferirem ou até morrerem em confrontos.

No caso do Cabo Cardoso, ele era um policial no seu horário de serviço atendendo uma ocorrência de assalto com reféns numa loja. Além de estar defendendo os civis ali contidos, defendia também a propriedade privada, sendo a única vítima resultante no incidente, desse modo a imagem de herói se mostrava muito mais favorável nessa situação, uma vez que, ele estava defendendo os valores propostos pela instituição policial, a vida e a propriedade sendo morto sem ter chance de se defender, tornando-se motivo para proposta de um projeto para dar assistência para familiares de policiais, visto que, em sua conta na plataforma Tiktok era comum ver vídeos com a troca de carinhos entre ele e seu filho, além do orgulho do Cabo em fazer parte da PM. Desse modo, ele era um pai de família que morreu cumprindo o seu dever e as imagens do vídeo comovem.

No caso do Inspetor Frias, os fatos que precederam a sua morte foram de extrema violência, após o policial ser baleado houve uma troca de tiros que resultou na morte de 27 moradores da comunidade do Jacarezinho, muitos dos quais nem tiveram seus nomes divulgados e nem a comprovação de que estariam envolvidos com o tráfico ou dentro do confronto, sendo uma das operações mais ilegais e polêmicas da história do Rio. Desse modo a figura do Inspetor não cabia dentro da categoria de herói, muitos lamentaram sua morte, no entanto não teve o mesmo reconhecimento que o Cabo Cardoso, visto que o inspetor foi uma vítima fatal de uma operação enquanto o Cabo faleceu defendendo tanto a propriedade quanto membros da sociedade, um dos deveres da polícia. Assim ao invés de ser feito um trabalho de martirização do inspetor, com a entrega de medalhas e a criação de projetos de lei teve de ser feito um trabalho de humanização, o que caracteriza a categoria vítima, a mídia teve de ouvir as histórias de amigos e familiares para humanizar o policial, assim como as pétalas de rosas jogadas do helicóptero que trazem um significado de pureza e fragilidade, para tentar dissociá-lo de uma das maiores chacinas do Rio e reafirmá-lo enquanto vítima.

A esquerda se aproveita desses casos para propor mudanças nas políticas públicas e a Direita para reforçar o discurso de atuação da polícia. No entanto ambos sabem mobilizar os

casos para o ganho de Capital Político (Bourdieu 1989)¹⁹ tanto com a figura do herói, daquele que expressa os valores da instituição e defende a sociedade, quanto com a figura da vítima, aquele que merece humanização, e sofre em decorrência das políticas de segurança pública que devem mudar, ou vítima do crime organizado que merece políticas de endurecimento.

O Deputado Marcelo Freixo (PSB) a época do PSOL, manifestou sua indignação sobre a Chacina do Jacarezinho, propondo uma mudança na atual política de conforto ao tráfico de drogas para uma política baseada na inteligência e planejamento. Para ele é um absurdo tanto que policiais e civis morram no combate às drogas.



Figura 1 Print Marcelo Freixo

É possível então pensar a mobilização das categorias de herói e vítima policial a partir do entendimento de que existe uma invasão dos sentimentos e sofrimentos no espaço público em que se busca mobilizar a compaixão e a emoção para que haja uma implementação dos sentimentos morais nas políticas contemporâneas, o que Fassin (2003) chama de Governo Humanitário. Portanto vítima e herói são categorias morais que buscam a compaixão, pois o que se está em jogo são as políticas de piedade e não as políticas de justiça. Existe um foco nas desgraças individuais ao invés de se pensar políticas públicas, já que uma das reivindicações

¹⁹ O sentido de Capital Político aqui empregado é na forma de mobilizar valores morais e sociais com o objetivo de atrair grupos com a mesma percepção política.

dos agentes de segurança pública é a valorização e o reconhecimento da atividade policial por parte da população e governantes, e não de fato por direitos e melhores condições de trabalho. Os próprios policiais desenvolveram formas de organização para suprir a ausência do estado como se pode ver a partir da ABHRJ. Desse modo, aquilo que Fassin (2003) chama de Governo Humanitário vem de uma linguagem que relaciona valores e afetos e servem tanto para definir como para justificar práticas do governo dos homens, contudo as operações policiais e o combate ao crime, que são tidos como instrumentos importantes para defender a sociedade, acabam possuindo um efeito reverso como a alta letalidade policial. Assim, este trabalho visou demonstrar como essas categorias morais são mobilizadas politicamente.

Referências

- BOURDIEU, Pierre 1989. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. *O poder simbólico*. Lisboa/RJ: Difel/Bertrand Brasil. pp. 163-202.
- EILBAUM, Lucía & MEDEIROS, Flávia. 2017. “Entre rotinas, temporalidades e moralidades: a construção de processos de repercussão em dois casos etnográficos”. In: R. K. Lima; L. Eilbaum e F. Medeiros, *Casos de repercussão: perspectivas antropológicas sobre rotinas burocráticas e moralidades*. Rio de Janeiro: Consequência Editora. pp. 15-42.
- EILBAUM, Lucía. 2010. *"O bairro fala": conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense*. Tese de doutorado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- FASSIN, Didier. 2016. “El gobierno humanitario”. In: *La razón humanitaria. Una historia moral del tiempo presente*. Buenos Aires: Prometeo Editorial.
- GOMES, L. G. F. F. & LEITÃO, D. 2017. “Etnografia em Ambientes Digitais: Perambulações, Acompanhamentos e imersões”. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, 42: 41-65.